

## A SOBERANIA ALIMENTAR E O USO DOS TERRITÓRIOS: *PARADIGMAS ALIMENTARES* EM QUESTÃO<sup>1</sup>

Valmir José de Oliveira Valério

Mestrando em Geografia – PPGG/FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente

Bolsista CNPq – NERA/FCT – UNESP

[valjvalerio@yahoo.com.br](mailto:valjvalerio@yahoo.com.br)

### INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste artigo têm como fundamento a análise das implicações da territorialização do agronegócio canavieiro para a produção e abastecimento alimentar, sobretudo quanto ao arcabouço teórico e conceitual utilizado no âmbito da nossa pesquisa de mestrado.

Fomentada pelo surgimento de tecnologias<sup>2</sup> que repõem o álcool carburante na pauta do consumo nacional, a expansão da cana-de-açúcar se territorializa sobre áreas utilizadas anteriormente para outros tipos de produção agropecuária. Com a substituição da heterogeneidade produtiva do território camponês pela paisagem monocultural resultante da territorialização do capital agroindustrial canavieiro, emergem questões de ordem socioterritorial, pois, afinal, tal expansão pressupõe a incorporação de territórios antes regidos por dinâmicas diferentes daquelas ligadas a homogeneidade da forma de uso imposta pelo agronegócio, o que resulta na disputa pelo controle de frações do espaço – *disputas territoriais*.

Agronegócio canavieiro e campesinato compõem os sujeitos por detrás do nosso objeto de estudo, responsáveis pela construção de territórios com lógicas específicas, “totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento” (FERNANDES, 2008, p. 280).

O debate sobre a questão da produção e distribuição alimentar enseja pensarmos quais os sujeitos e territórios responsáveis pela consolidação de diferentes *paradigmas alimentares*, assim como quais os beneficiários da atual conformação sócio-territorial de produção e distribuição de alimentos. Submetidos ao deslocamento no espaço, os alimentos assumem distintos significados, o que pode ser analisado de diferentes maneiras de acordo com o *estilo de pensamento* ou paradigma adotado.

Para Fernandes (2013, p. 18), baseado em Fleck (2010) e Kuhn (1978), “os coletivos de pensamento produzem estilos de pensamento ou paradigmas”. O autor compreende os coletivos de pensamento<sup>3</sup> como paradigmas materiais, ao passo que os estilos de pensamento<sup>4</sup> são analisados enquanto paradigmas imateriais. Portanto, os paradigmas correspondem a “expressões e representações da materialidade e da imaterialidade, de modo que os grupos de pesquisas e seus pensamentos expressam e representam paradigmas” (FERNANDES, 2013, p. 19).

Desta forma, utilizamos o termo *paradigmas alimentares* para caracterizar diferentes propostas de produção e abastecimento alimentar, passíveis de serem analisadas a partir dos conceitos de segurança e soberania alimentar, adotados por diferentes paradigmas que compõe o *debate paradigmático*<sup>5</sup>. No bojo de

<sup>1</sup> Artigo elaborado em cumprimento à proposta de exercício teórico referente à disciplina *Teorias dos Territórios e da Questão Agrária*, cursada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT – UNESP, campus de Presidente Prudente, ministrada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes no segundo semestre de 2013.

<sup>2</sup> Referimo-nos à tecnologia *Flex Fuel* (combustível flexível), desenvolvida pela Bosch e Magneti Marelli, em parceria com as montadoras; introduzida no Brasil em meados de 2003 e 2004 (TEIXEIRA, 2005, p. 09-10).

<sup>3</sup> Grupos de indivíduos que constroem o conhecimento (FERNANDES, 2013, p. 18).

<sup>4</sup> Os estilos de pensamento explicitam as leituras de interpretação da realidade. (FERNANDES, 2013, p. 19).

<sup>5</sup> Fernandes (2013, p. 65), propõem pensar o *debate paradigmático* a partir da *intencionalidade*, pois, “o que nos conduz ao debate é tanto a intenção de defender nossas visões de mundo, nossos estilos de pensamento, nossos paradigmas, nossas posições políticas, quanto de conhecer outras posições teórico-políticas e suas visões de mundo, respectivos estilos de pensamento e distintos paradigmas”.

uma análise geográfica da produção e distribuição de alimentos, impõe-se demarcar como pensamos e utilizamos os conceitos e teorias que elegemos como centrais neste trabalho.

## O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Para conceituar o território é necessário compreendê-lo como indissociável da categoria espaço geográfico, uma vez que o território se origina a partir do espaço. Conforme aponta Gottmann (1973/2005), o território é “[...] um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização [...]” (*apud* SAQUET, 2007, p. 27). Referenciados em Santos (2002, p. 63), compreendemos o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, considerados numa totalidade solidária e também contraditória, na qual a história acontece por meio da interação entre tais sistemas. Os sistemas de objetos são representados pelos objetos naturais e artificiais, enquanto os sistemas de ações seriam compostos pelas relações sociais, as ações humanas. O espaço geográfico e, por consequência, o território, são, portanto, *produtos históricos*. Deste modo, a análise do território pressupõe considerar o espaço a partir das relações de poder, responsáveis pela permanente construção/destruição/reconstrução de territórios.

Referência para a construção do conceito de território na Geografia<sup>6</sup>, Raffestin (1993) apresenta uma proposta de abordagem relacional do território, na qual todas as relações de poder desempenhadas por um sujeito no espaço produzem territórios. A ação dos diferentes sujeitos gera, assim, a conflitualidade que alimenta a dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). As disputas entre os sujeitos no processo de TDR podem ser caracterizadas como “um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (p. 53).

Estamos de acordo com o autor quando o mesmo afirma que “falar de território é fazer uma referência implícita a noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). Contudo, a imposição do limite como pressuposto para a formação do território restringe a análise ao território-área, ao qual corresponde *uma* das abordagens, dentre outras possíveis. Nesse sentido, Haesbaert (2010) defende as redes como novos elementos na configuração dos territórios, o que levaria a emergência do *território-rede*. Segundo o autor:

Não se trata mais de priorizar o fortalecimento de um “mosaico”-padrão de unidades territoriais em área, vistas muitas vezes de maneira exclusivista entre si, como no caso dos Estados nacionais, mas seu convívio com uma miríade de territórios-rede marcados pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a passagem constante de um território a outro [...] (HAESBAERT, 2010, p. 337).

Para Fernandes (2010, p. 01), cotidianamente convivemos com diferentes territórios que produzem e são produzidos por relações e classes sociais distintas. Assim, propõe uma tipologia na qual estabelece uma leitura da diversidade territorial e sua multiterritorialidade, tendo “como premissa a produção espacial e territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade”, fato que o faz apostar “em

<sup>6</sup> Discordamos do autor quanto à conceituação de espaço, pois o mesmo concebe o espaço como algo dado, matéria-prima preexistente a qualquer relação social (p. 144). Para o autor, o espaço equivale à *matéria*, “um dado puro, na exata medida em que resulta de forças que agiram ao longo da história da terra *sem nenhuma participação ou intervenção do homem*.” (p. 223). (Grifos nossos). Para Raffestin o espaço antecede as relações sociais, o que difere da maneira que pensamos, na qual o espaço pressupõe das relações sociais. Nossa discordância não impede, contudo, que dialoguemos com o autor para utilizarmos algumas de suas proposições, sobretudo quanto à indissociabilidade entre território e poder.

outra perspectiva sobre o conceito de território, que contribui para o debate da soberania alimentar”.

Numa abordagem do território para além de um simples “espaço de governança”, Fernandes (2008, p. 278-279) considera as conflitualidades dos diferentes tipos de território, sem as quais fica ausente a multiescalaridade, devido ao fato de que “estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional”. Portanto, “na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania”, o que torna impossível a compreensão do território sem a compreensão das “relações de poder que determinam a soberania”. Em sua análise o autor considera a existência de territórios materiais e imateriais<sup>7</sup>. Os territórios materiais seriam de três tipos:

[...] o *primeiro território* formado pelo país, estados e municípios; o *segundo território* formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedades privadas não capitalistas; o *terceiro território*, formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território (FERNANDES, 2008, p. 283, grifos nossos).

Definida como o direito de todos os povos e/ou países poderem decidir sobre suas próprias políticas de agricultura e alimentação, de forma a privilegiar a produção local para o abastecimento das áreas próximas e, assim, desenvolver a sua própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural, ambiental e produtiva (VIA CAMPESINA, 1996), consideramos a soberania alimentar como um tipo do *terceiro território*<sup>8</sup>, material e também imaterial, no qual diferentes porções do espaço controladas por específicas relações de poder demarcam os limites da capacidade de articulação e coesão entre, por um lado, agricultores camponeses ligados à produção alimentar e, por outro, pontos de consumo próximos às áreas de produção. Consideramos da mesma maneira que o território do agronegócio também configura um terceiro território, sendo nossa abordagem orientada pela análise conflituosa entre os territórios do campesinato e do agronegócio canavieiro.

### FORMAS DE INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE: PCA x PQA

O debate sobre os problemas da agricultura e da alimentação no mundo atual passa necessariamente por reconhecer a confrontação entre, pelo menos, dois modelos de desenvolvimento territorial rural, um de inspiração neoliberal e, outro, baseado na economia familiar camponesa, fundamentado na proposta da soberania alimentar. Fernandes (2008) analisa essas duas tendências de desenvolvimento territorial rural a partir de dois eixos paradigmáticos que norteiam as análises de acordo com a perspectiva de abordagem: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). Assim,

Para o PCA, as críticas ao capitalismo não ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas de desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir dos modelos do modo de produção capitalista. [...] O PCA analisa e cria procedimentos metodológicos

<sup>7</sup> Fernandes (2008, p. 282) chama a atenção para o fato de que “territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia”.

<sup>8</sup> Produzido “nos territórios fixos do primeiro e do segundo território” o *terceiro território* é formado “por diferentes espaços que são controlados por relações de poder”. (FERNANDES, 2008, p. 281-283). O que define o terceiro território é a mudança na forma de uso do segundo território (propriedades privadas capitalistas e não capitalistas), contido no primeiro território (espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital).

para classificar as desigualdades sociais, mas não utiliza conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais. [...] Para o PQA, as críticas ao capitalismo ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas de desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir da crítica aos modelos do modo de produção capitalista. Os estudos do PQA utilizam como referências as contradições e as conflitualidades entre relações capitalistas e as relações não capitalistas. As perspectivas de modernização procuram criar modelos alternativos de organizações, mercados, tecnologias e outras políticas para superação da reprodução das relações capitalistas (FERNANDES, 2008, p. 291).

De acordo com o autor, as relações sociais produzem e são produzidas a partir dos territórios, resultando em diferentes formas de organização do espaço que, por sua vez, para se expandirem, destroem um ao outro ou mesmo se territorializam sobre outros territórios. Ou seja, a territorialização capitalista ocorre por meio da destruição dos territórios camponeses, ou ainda pela apropriação de territórios do Estado. Por outro lado, a territorialização camponesa ocorre por meio da destruição dos territórios capitalistas ou mesmo da conquista de territórios do Estado. Esses processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da produção camponesa ou capitalista constituem a conflitualidade da questão agrária. Sendo assim, Fernandes (2005) afirma ser esta uma forma de desenvolvimento baseado na conflitualidade, que é...

[...] caracterizado pela contradição e pelo paradoxo insolúveis, que vem sendo registrados na história moderna, predominantemente, por meio da territorialização do capital e da desterritorialização e reterritorialização do campesinato. De um lado, o capital destrói e recria o campesinato, a partir de sua lógica e princípios. De outro lado, o campesinato também se recria, rompendo com a lógica e com os princípios do capital. A reprodução de ambas as formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando *conflitualidade*, promovendo *desenvolvimentos* (FERNANDES, 2005, p. 09). Grifos do autor

Processo constantemente alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo, o movimento paradoxal da conflitualidade promove, ao mesmo tempo, a territorialização, desterritorialização e a “reterritorialização de diferentes relações sociais. [...] São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais” (FERNANDES, 2005, p. 02). Conforme assevera o autor, a compreensão que os paradigmas têm da conflitualidade constitui um dos obstáculos que inviabilizam a leitura da territorialidade do conflito. “Os cientistas que pensam a questão agrária constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões de mundo” (FERNANDES, 2013, p. 224), logo, suas opções e ideologias.

Devido à abrangência teórica e política das obras, Fernandes (2005, p. 12) considera os livros *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, de Abramovay (1992) e *A Questão Agrária*, de Kautsky ([1899] 1986), *obras paradigmáticas* para a análise do PCA e do PQA, respectivamente. O tema da permanência do campesinato na sociedade capitalista, por exemplo, é ilustrativo. Para o primeiro, a questão é conjuntural e não resta mais caminho ao campesinato que não seja a sua filiação à cartilha de tecnificação do agronegócio empresarial e aos pressupostos da produção para o mercado, sem os quais estariam fadados ao desaparecimento, fazendo surgir a metamorfose que transforma o camponês em *agricultor familiar* (ABRAMOVAY, 1992). Para o segundo, esta compõe uma problemática estrutural que só pode ser superada com a superação do modo capitalista de produção e a transição para o socialismo. A tendência para o campesinato seria, nesta perspectiva, a sujeição e proletarização na sociedade capitalista e a sujeição ao Estado no socialismo.

Abramovay (1998) tenta provar a hipótese de que a agricultura, sob a evolução do capitalismo,

seria incompatível com o que descreve como “mercados incompletos”, característicos da economia camponesa (p. 115). Para o autor, “[...] o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social” (ABRAMOVAY, 1998, p. 131). O campesinato estaria, nesse sentido, fadado ao fim por meio da metamorfose gerada a partir da incorporação de inovações tecnológicas, por parte daqueles com recursos para tal, dando origem ao pequeno capitalista e, no outro extremo, surgiriam personagens “incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1998, p. 117), cuja “única” alternativa residiria na sua transformação em trabalhador assalariado, devido à perda de seus meios de produção.

Assim como destaca Fernandes (2005, p. 17), a incorporação do campesinato ao capitalismo gera diferenciação, expropriação e recriação, o que permite a existência de camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos. Deste modo, “a lógica que Abramovay utiliza para denominar a metamorfose (de camponês a agricultor familiar), explicita o processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia”. Desde a clássica forma de diferenciação apresentada por Lênin (1985), o camponês pode ser rico, médio ou pobre. Portanto, a adoção de determinado paradigma explicita a opção por distintos modelos de análise do desenvolvimento da agricultura, o que resulta em diferenciação ou metamorfose, camponês ou agricultor familiar.

## O “LUGAR” DA SEGURANÇA E DA SOBERANIA ALIMENTAR NO DEBATE PARADIGMÁTICO

O debate paradigmático, para Fernandes (2013), diz respeito a um estilo de pensamento<sup>9</sup> produzido coletivamente no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e contempla a análise da realidade a partir da confrontação entre o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA), resultando em diferentes leituras e categorias de análise:

O debate paradigmático explicita a disputa de paradigmas que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. *Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais* (FERNANDES, 2013, p. 68, grifo nosso).

Originado no âmbito dos embates promovidos pela Via Campesina desde 1996, momento em que se discutiam novas alternativas para a produção de alimentos, o conceito de soberania alimentar<sup>10</sup> define o direito de todos os povos ou países para poderem decidir sobre suas próprias políticas de agricultura e alimentação, de forma a privilegiar a produção local para o abastecimento das áreas próximas e, assim, “garantir a produção de alimentos na linha direta da decisão dos povos, da classe trabalhadora sobre o que, como, quanto e em quais condições se produzir” (THOMAZ JUNIOR, 2008, p. 08).

Com base em documento preparado pelo *Comitê Internacional de Planejamento para a soberania alimentar* (IPC) a pedido da *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura* (FAO), consideramos a soberania alimentar enquanto conjunto de políticas e ações necessárias para que a reforma agrária e o desenvolvimento rural possam verdadeiramente reduzir a pobreza e cumprir o direito à

<sup>9</sup> O estilo de pensamento a que se refere o autor é representado pelo Paradigma da Questão Agrária.

<sup>10</sup> Para mais detalhes, ver: Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (2006, p. 07).

alimentação, à terra, à elaboração de políticas próprias de agricultura e alimentação em respeito aos territórios indígenas, pescadores tradicionais, etc. e o estabelecimento de prioridade para a produção alimentar voltada aos mercados locais e nacionais (Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, 2006).

A soberania alimentar, nesse sentido, contempla o suprimento de alimentos em quantidade, qualidade e variedade suficientes para a compatibilização com a especificidade sociocultural e edafoclimática de cada região, o que permite deduzirmos que a *segurança* alimentar (suprimento quantitativo) está contida na soberania alimentar. De outro modo, o paradigma da segurança alimentar não privilegia a produção local para abastecimento local e regional, ou seja, a soberania alimentar. Portanto, a defesa da soberania alimentar é a defesa da produção e abastecimento alimentar a partir dos sujeitos locais, nos quais são vislumbrados elementos que Fernandes (2008, p. 291) considera como pertencentes ao PQA: “modelos alternativos de organizações, mercados, tecnologias e outras políticas para a superação da reprodução das relações capitalistas”.

Portanto, na esteira do debate paradigmático, a segurança alimentar se assenta no desenvolvimento territorial a partir de modelos do modo de produção capitalista (PCA), enquanto a soberania alimentar está sintonizada aos pressupostos do PQA, utilizando “como referências as contradições e conflitualidades entre relações capitalistas e não capitalistas” (FERNANDES, 2008, p. 291). Isto coloca o PQA (e a soberania alimentar) em desvantagem em relação ao PCA (e a segurança alimentar), pois, “enquanto o PCA acompanha o movimento da roda, o PQA procura reinventá-la” (FERNANDES, 2008), dada a hegemonia do Paradigma do Capitalismo Agrário.

Longe de trazer solução para os problemas relacionados à fome no mundo, o conceito de segurança alimentar tem alimentado, na verdade, a circulação de mercadorias na escala do globo. Convertida em mercadoria, a alimentação das pessoas perde o caráter de centralidade contido na produção de alimentos, em favor da reprodução e ampliação permanente do mercado e do capital, pelo fato de sua realização estar condicionada à circulação das mercadorias (PAULINO, 2010, p. 94).

Travestido na panaceia da segurança alimentar à sombra da dita “Revolução Verde”, consolida-se o desmonte deliberado das práticas camponesas de policultura em sintonia com a especialização produtiva como expressão de um progresso em que a circulação constrange outros objetivos “menos nobres” da produção agrícola, como o abastecimento alimentar local, de modo que o abastecimento interno de alimentos passa a depender de constantes importações, reafirmando o mercado capitalista como o *locus* privilegiado de mediação entre produtor e consumidor, expressão da vigência do Paradigma do Capitalismo Agrário na imposição do abastecimento alimentar a partir da ativação de extensas redes de transporte.

Na esteira da segurança alimentar, o único compromisso é com o mercado e a reprodução ampliada do capital, não deixando margem à manutenção de sistemas alimentares locais, minados com a liberalização e inundação dos mercados com alimentos importados abaixo do preço praticado, fato que inviabiliza a produção e coloca em risco uma diversidade de culturas alimentares locais, projetando um futuro sombrio no que se refere à soberania alimentar enquanto autonomia de cada povo para fazer da terra berço de uma sociedade emancipada e autônoma nas decisões sobre agricultura e alimentação (VALÉRIO, 2011).

## **MOVIMENTOS E IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS: DO USO DO TERRITÓRIO À IMPOSIÇÃO DO PARADIGMA ALIMENTAR**

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

De acordo com Fernandes (2013, p. 14), movimento socioespacial e movimento socioterritorial<sup>11</sup> representam um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma ação em defesa de seus interesses, com o objetivo de transformação da realidade. Para além de uma perspectiva sociológica, na qual a ênfase é dada nas relações sociais para explicar as ações de um determinado movimento, o autor propõe uma leitura a partir de uma perspectiva geográfica, na qual estejam contemplados os espaços e territórios produzidos pelos movimentos. Assim, “existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica”.

Na perspectiva adotada pelo autor, tanto os movimentos camponeses, operários ou indígenas, além das empresas, sindicatos e os próprios estados, “podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais, porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzirem seus próprios espaços e seus territórios” (p. 15).

As ações dos sujeitos no espaço constroem, desconstroem e reconstroem territórios, o que alimenta a dinâmica permanente de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). No caso específico do nosso estudo, adotamos o conceito de *movimento socioterritorial territorializado*<sup>12</sup> para analisar a atuação do agronegócio canavieiro no processo de expansão das áreas cultivadas com cana-de-açúcar sobre outros tipos de cultura, o que inclui uma diversidade de gêneros alimentícios. Com isso, pensamos a redução da produção de alimentos como um tipo de *impacto socioterritorial* advindo da conflitualidade entre os territórios camponeses e capitalistas.

O termo *impacto socioterritorial* refere-se, aqui, às transformações advindas da intervenção de determinados movimentos socioterritoriais que, no caso em questão, diz respeito às ações do agronegócio canavieiro no processo de expansão das áreas plantadas com cana-de-açúcar. Os impactos socioterritoriais a que nos referimos são, nesse sentido, transformações ou implicações na pauta produtiva de gêneros alimentícios (hortifruti) derivadas da territorialização do agronegócio canavieiro num determinado território. Tais transformações contribuem com a imposição do abastecimento alimentar referenciado na ativação de extensas redes de transporte, logo, com o paradigma da segurança alimentar.

O alimento enquanto síntese de múltiplas relações no espaço e no tempo perfaz uma peculiar geografia entendida entre a terra e o prato, de modo a revelar paradigmática e politicamente os significados do alimento e da alimentação. Do campo vivo ao prato cheio, avulta a totalidade do fenômeno da alimentação humana, complexo por demais para ser tratado como mera questão de suprimento quantitativo (segurança alimentar), concepção que exclui os sujeitos locais da afirmação de um território em que as diferentes formas se combinam na afirmação do homem para além da mercadoria (VALÉRIO, 2011).

## PALAVRAS FINAIS

Consideradas sob um ponto de vista geográfico, a produção e o abastecimento alimentar expressam o conjunto de relações envoltas na definição do alcance das forças de ligação entre cidade e

---

<sup>11</sup> Conforme assevera o autor, “todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois o território é construído a partir do espaço”. Os *movimentos socioespaciais* possuem diferentes escalas e podem atuar da escala mundial à escala local, constituindo-se predominantemente em agências de mediação. Já os *movimentos socioterritoriais* têm o território não apenas como trunfo, mas como condição para a sua existência. (FERNANDES, 2013, p. 14-15).

<sup>12</sup> Segundo Fernandes (2012, p. 15), “os *movimentos socioterritoriais territorializados* são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização”. Ainda de acordo com o autor, os movimentos territorializados têm início como movimentos localizados que, “ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes, ampliam suas ações e dimensionam seus espaços”.

campo, responsáveis por configurar e delimitar a territorialidade da capacidade de abastecimento alimentar numa dada porção do espaço, o que permite identificar sujeitos e territórios envolvidos no processo de consolidação de um paradigma alimentar, soberano ou não.

Analisar a produção e distribuição de alimentos a partir do debate paradigmático implica entender o alimento na integralidade do espaço/tempo responsável pela articulação entre os sujeitos e territórios entendidos desde a semente lançada na terra até a disponibilização do produto para o consumidor final. O caminho percorrido pelos alimentos denuncia a lógica por detrás da comida, o que permite vislumbrar *soberania* (autonomia), *segurança* (dependência) ou mesmo *fome* (privação), de acordo com a configuração dos sujeitos e territórios determinantes do fenômeno.

## Referências

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Art. 3º. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2013.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 873 f. Tese (livre-docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, UNESP, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Ed. Especial, Presidente Prudente, p. 07-17.

\_\_\_\_\_. **Soberania alimentar como território**. Texto disponibilizado pelo autor para a disciplina de pós-graduação da FCT-UNESP Presidente Prudente no 1º semestre de 2010.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO: **Projeto LUPA 2007/2008**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais/pdf/tedr12.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2012.

THOMAZ JUNIOR, A. Totalidade Viva do Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar. (Uma Reflexão Autocrítica da Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). In: BATISTA, R. L.; TUMOLO, P. **Trabalho, Economia e Educação**. Londrina: Práxis, 2008.

VALÉRIO, V. J. de O. **Alimentar ou ser alimentado? A expansão da agroindústria canavieira e a soberania**  
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)



alimentar em Flórida Paulista/SP. 2011. 123 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP, 2011.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land**. Via Campesina: Rome, 1996. Disponível em: <<http://www.voiceoftheturtle.org/library/1996%20Declaration%20of%20Food%20Sovereignty.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011.